

## O PAPEL DAS FÔRÇAS ARMADAS NA ÁFRICA CONTEMPORÂNEA

PIERRE L. VAN DEN BERGHE, PROFESSOR ASSOCIADO DE SOCIOLOGIA NA  
UNIVERSIDADE DE NOVA YORK.

Provavelmente mais do que qualquer outro Continente, em qualquer época da História Universal, acha-se a África mais dirigida por intelectuais do que pelo atual equivalente de militares. Em 1963, apenas sete dos 34 Estados africanos independentes possuíam exércitos de mais de 10.000 homens e 10 tinham fôrças armadas de 1.000, ou menos. A despesa militar anual *per capita* era de menos de 5 dólares em 27 dos 33 Estados onde vigoravam tais condições, e menos de \$ 1 em 11 casos. (Vide "The Armies of Africa", *Africa Report*, janeiro de 1964). O Continente, como um todo (com uma população de 270.000.000 de habitantes), despendia pouco mais de \$ 800,000,000 com a defesa, comparados com mais de \$ 50 bilhões dos Estados Unidos, com uma população de cêrca de 192.000.000.

Mais da metade do total africano foi consignada a apenas dois Estados: a República Árabe Unida e a África do Sul.

Apesar dessas estatísticas e do fato de uma das duas juntas político-militares do Continente ser substituída por um govêrno civil em fins de 1964, o papel dos militares não pode ser ignorado na África moderna. Em primeiro lugar, parece provável serem as condições atuais apenas temporárias e que a África se torne, gradativamente, militarizada. Os governos coloniais travaram suas batalhas livremente na Europa, e mantiveram guarnições relativamente pequenas em seus postos avançados no estrangeiro, principalmente para fins de segurança interna. A independência reabriu tôdas as reivindicações territoriais conflituosas do período colonial e transferiu os pontos de convergência dêsses conflitos, de Londres, Bruxelas e Paris para Nairobi, Mogadíscio, Acra, Leopoldville, Rabat, Argel. Corridas armamentistas, quando não guerras, são o resultado provável das disputas regionais. Em segundo lugar, certo número de circunstâncias especiais, tornam as fôrças armadas africanas, embora pequenas, objeto particularmente fascinante de análise política durante êste período de transição rápida, de dependência para a soberania.

---

N.R. — Publicado em *Africa Report*, Vol. 10, N.º 3, Washington, EUA.

## SEIS TIPOS DE FÔRÇAS ARMADAS

Seis tipos principais de fôrças armadas podem-se distinguir no Continente, os dois últimos dos quais são únicos na África: (1) *Milícias Civis de Incursão*, caracterizadas pelo não-profissionalismo e igualitarismo, têm apenas significado etnográfico e histórico. Muitas sociedades pastoris, sem estado constituído, da África Oriental, tais como as de Nuer e Dinka, possuíam tal tipo de exércitos. Isto é, todos os homens capazes (às vêzes organizados conforme a idade) lutavam juntos, em ataques periódicos contra seus vizinhos, sob a chefia informal e espontânea de guerreiros que não tinham sedes militares permanentes. Os comandos boer da África do Sul, até a Guerra Anglo-Boer, poderiam ser colocados nesta categoria. Com o surgimento das monarquias centralizadas, as Milícias Civis de Incursão tornam-se mais permanentemente organizadas, mais rigidamente estruturadas e mais profissionais (como entre os zulu, swazi e matabele), assim se transformando no segundo tipo importante de exército africano. (2) *Fôrças Palacianas*, características de muitas monarquias tradicionais, são chefiadas por um corpo de oficiais profissionais, às vêzes com soldados rasos altamente profissionais. Tais fôrças constituem o mais importante instrumento de poder da Sociedade — rei, nobreza e, algumas vêzes, o clero da religião oficial do Estado. São apolíticas, embora usadas como instrumento, a fim de preservar o *status quo*, não são fonte independente de fôrça ou diplomacia. As fôrças palacianas eram comuns nos Estados pré-coloniais, tais como os impérios sudaneses de Gana, Mali, Songai, Kanem e Bornu e nos Estados dos hauçás, nupês e fulanis. Os oficiais graduados eram, muitas vêzes, aristocratas, enquanto a soldadesca se compunha de mercenários da classe baixa, tais como escravos ou estrangeiros. Versões modernizadas de tais fôrças ainda existem no Marrocos, na Líbia e Etiópia. No processo de modernização da tecnologia da violência e de tornar acessível o oficialato aos plebeus, as Fôrças Palacianas podem transformar-se em um terceiro tipo. (3) *Fôrças Armadas de Golpe* — caracterizam-se por um corpo de oficiais altamente profissionalizado e político. Isto leva ao padrão ora familiar de ditadura militar, seja em forma de junta ou no tipo de um só homem, o caudilho. Começando como instrumento do poder de uma classe governante externa, tornam-se as fôrças sinônimo de governo, e o estado-maior sinônimo do grupo governante. Caracteristicamente, os golpes militares são chefiados por jovens oficiais superiores (às vêzes coronéis) de unidades privilegiadas, tais como cavalaria armada ou pára-quedistas. A ideologia política das ditaduras militares é geralmente formulada deficientemente e pode estender-se, do rígido conservadorismo ao “autoritarismo da esquerda”. Quando são conservadoras, as ditaduras militares tendem a aliar-se mais com a burguesia endinheirada do que com a aristocracia feudal, que muitas vêzes suplantam. Tendo-se tornado tecnocratas da violência, os golpistas são com mais freqüência “modernistas” e antitradicionais na aparência. Na África, os exemplos mais frisantes de

fôrças de golpe são as do Sudão, até 1964, e as da RAU. (4) *Fôrças Civis Revolucionárias*, cuja antiguidade remonta aos exércitos do século dezoito da Primeira República Francesa, são representadas, na África, pela FLN argelina e pelos rebeldes angolanos. Este quarto tipo compartilha com o primeiro o caráter não-profissional e relativamente partidário. Seus diferentes elementos são: seu alto grau de fervor político e seus fins revolucionários.

Tais fôrças não são tanto uma organização de especialistas em violência como a vanguarda militante das massas na subversão do *status quo*. Tanto a ideologia como a necessidade de guerrilhas, baseadas em unidades relativamente autônomas e de pequena escala, servem para manter o igualitarismo. Após a vitória, é provável que as fôrças revolucionárias se tornem exércitos nacionais do país recentemente independente, especialmente se dirigidos por uma *intelligentsia* articulada e modernista, como no caso da Argélia. As fôrças armadas do Quênia poderiam ser colocadas nessa categoria, porém eram menos exigentes politicamente e retinham mais o caráter de uma sociedade secreta predicante do que de uma fôrça de guerrilheiros militantes, dentro de um movimento revolucionário de massas.

Os tipos restantes de fôrças armadas africanas merecem maior atenção, pois são os casos especiais até então negligenciados pela análise política. (5) *Fôrças de "Herrenvolk"* são representadas pela África do Sul e, em menor escala, pela Rodésia. Os boers foram os únicos colonizadores europeus, na África, que não armaram a população nativa e que monopolizaram até mesmo o uso das armas-de-fogo; os não-brancos foram alistados no Exército sul-africano durante ambas as Guerras Mundiais, mas apenas como auxiliares desarmados, não-combatentes. Durante a Guerra Anglo-Boer, a Inglaterra utilizou algumas tropas africanas, porém o conflito continuou, para todos os fins práticos, a guerra-do-homem-branco. O atual exército sul-africano é uma fôrça branca dedicada à manutenção da supremacia branca.

As Fôrças de *Herrenvolk* se caracterizam por um grau relativamente baixo de profissionalismo e um grau bem alto de democracia interna, que tem suas origens nos comandos boer dos séculos dezessete, dezoito e dezenove. Possuem oficiais de carreira, naturalmente, mas são apolíticas no sentido de não serem nem importante fonte autônoma de poder, nem ameaça a qualquer governo branco que se ache no poder. Além disso, representam tôda a população branca, sendo mais que um simples instrumento da elite governamental. O exército sul-africano tem, assim, uma natureza dupla: é a um só tempo instrumento da minoria, e exército internamente democrático.

Muito embora o igualitarismo do *Herrenvolk* tenha inevitavelmente declinado com a crescente modernização e expansão militar, os exércitos sud-africano e rodesiano permanecem bastante diferentes de qualquer dos outros tipos representados no Continente. Em certo sentido, as Fôrças

de *Herrenvolk* são versão modernizada e estabilizada de uma Milícia Civil de Incursão cujos membros se tornaram casta dominante numa sociedade mais vasta. Estas forças de *Herrenvolk*, ou vigilantes, estão agora sendo fortalecidas para enfrentar a ameaça crescente de um exército africano revolucionário, em potencial. Entre 1961 e 1964 o orçamento militar sul-africano aumentou de \$ 112,000,000 para \$ 291,000,000 e é, agora, o maior do Continente.

(6) *Fôrças Coloniais* são, talvez, a espécie mais comum na África e também as mais tipicamente africanas. Como o seu nome indica, as *Fôrças Coloniais* são constituídas das antigas “tropas nativas” das potências européias: os *tirailleurs sénégalais* franceses, os *askaris* alemães, a *Force Publique* belga, os *King's African Rifles* britânicos, etc. . . .

Contrariamente à modalidade palaciana, as *Fôrças Coloniais* começaram como instrumentos de poder dos conquistadores estrangeiros “modernistas”, ao invés de instrumentos das aristocracias tradicionais nativas. O termo “mercenário” realmente não se aplica a tais exércitos. Excetuando-se o britânico, que conta, na sua maioria, com voluntários, exceto na guerra, as *fôrças coloniais* geralmente arregimentavam quotas de homens de vários chefes ou usavam uma ou outra forma de conscrição involuntária. Nem eram os soldados coloniais comparáveis aos conscritos duma Milícia de Cidadãos. Eram ilotas armados e algo favorecidos, mais ou menos forçados pelas circunstâncias a servirem seus senhores estrangeiros, conquistando e subjugando os concidadãos africanos.

Sob tais condições, as tropas “nativas”, embora não dispendiosas, nem sempre eram dignas de confiança. Os motins eram comuns embora fôssem facilmente reprimidos com auxílio de outras tropas “nativas” dos grupos étnicos rivais; em qualquer caso, os desordeiros geralmente não tinham chefe e se espalhavam em bandos pequenos, indisciplinados. Para aumentar a docilidade das tropas coloniais, guarnições de um grupo étnico muitas vezes aquartelavam-se longe de casa, entre inimigos tradicionais ou, pelo menos entre pessoas com as quais nada tinham em comum. Por conseguinte, muitas vezes eram olhadas com profunda desconfiança pela população local, como instrumentos odiosos do conquistador branco. Entre os próprios exércitos, os postos de oficiais eram a proteção dos brancos, exceto a integração nominal racial por parte da França e Portugal (mesmo então, os oficiais não-brancos muitas vezes vinham mais das Índias Ocidentais ou da Ásia do que da África). Os soldados africanos chegavam gradativamente a considerar os oficiais brancos como símbolo do domínio estrangeiro, de sorte que a lealdade se desgastou nos últimos anos do colonialismo.

O papel das *Fôrças Coloniais*, suportando ou enfraquecendo o sistema colonial como um todo, justifica interesse especial. Geralmente, as “tropas nativas” serviam bem ao imperialismo europeu. Muitas contribuíram para o império dos europeus, “pacificaram” os povos africanos em submissão externa, e travaram guerras coloniais até na Ásia. Contudo, o ser-

viço das tropas africanas nas duas Guerras Mundiais também contribuiu significativamente para o extermínio do colonialismo. Dezenas de milhares de africanos entraram em contato com o mundo exterior, associando-se aos brancos em termos de igualdade e intimidade, descobriram atitudes raciais e políticas diferentes das mantidas pelos governantes e colonizadores brancos, aos quais haviam, anteriormente, se submetido e, ocasionalmente, presenciaram a derrota militar de seus senhores coloniais. Em resumo, a experiência da guerra desvendou um mundo novo onde os brancos não podiam conservar a pretensão de serem uma raça superior. Muitos africanos, membros das forças armadas, ao voltarem, descontentes por serem desmobilizados, e incapazes de se reajustar à vida civil, aliaram seu peso à vaga de descontentamento e inquietação do pós-guerra contra o regime colonial. Em parte por causa das limitações educacionais, porém, os soldados raramente atingiram os postos de comando dos movimentos de independência e as Forças Coloniais conservaram-se altamente apolíticas.

Alienados da população civil e do seu próprio corpo de oficiais, as Forças Coloniais restantes ofereceram um perigo especial aos novos Estados, como já se tornou evidente com os motins no Congo, em 1960, no Quênia, Uganda e Tanganica, em 1964. Por serem julgadas com tal suspeita pela população geral e também por não possuírem uma casta de oficiais de carreira africanos, não podem elas ser usadas em *putschs*, ou realmente, para nenhum fim social planejado. A sua própria existência muitas vezes oferece constante ameaça de desordem aos governos que se supõe servirem. Com o programa falho de treinamento de oficiais africanos em comissão e o expurgo de elementos rebeldes nos antigos exércitos coloniais, esta fase volátil é claramente transitória, mas muitas dessas tropas já se estão convertendo em exércitos nacionais seguros.

## FATORES QUE AFETAM A CONFIANÇA

Há, naturalmente, algumas notáveis exceções a essas generalidades acerca das Forças Coloniais como uma sujeição aos novos Estados africanos. Em Ruanda, país comprimido entre dois Estados, onde, realmente, houve conflitos, o antigo Exército Colonial apoiou o governo republicano na violenta subversão da aristocracia da Tutsi. No Senegal, o exército duas vezes apoiou Senghor, nos momentos críticos. Em Gana e na Nigéria, as forças armadas até agora têm provado ser dignas de confiança.

Dois fatores cruciantes parecem afetar a confiança e a estabilidade dessas forças dominantes. Um é a extensão em que o corpo de oficiais foi africanizado, antes da independência. Neste ponto é instrutivo o caso do Sudão. Entre 1953 e 1956, cerca de 400 oficiais subordinados foram treinados na academia militar de Khartum, de sorte que a Força de Defesa Sudanesa foi inteiramente comandada por africanos independentes. As antigas Forças Coloniais tinham desenvolvido um corpo de oficiais tão altamente profissionalizado que foram facilmente convertidos em Forças de Golpe quando surgiu tal necessidade em 1958.

Um segundo fator importante na determinação da conduta pós-independência das anteriores Fôrças Coloniais é o grau que adquirem de legitimidade e prestígio como instituição genuinamente africana. Em muitas partes da África, como foi observado anteriormente, o povo encarava as fôrças armadas com temor ou hostilidade, e como símbolo do domínio branco. Em algumas sociedades tradicionais (a maioria na África Ocidental), a profissão militar achava-se ligada ao *status* social inferior, e esta atitude foi transferida para os Exércitos Coloniais. A menos que se desse legitimidade aos militares por parte de chefes políticos dos movimentos de libertação antes da independência, seu papel, no processo de construção da nação, foi arriscado e tendeu a ser marginal. Em Gana a disciplina e estabilidade do exército foi, em larga escala, resultado da atitude favorável de Nkrumah, apesar do fato de apenas 10 por cento do corpo de oficiais ser africanizado até 1957. O antigo Congo Belga, onde a *Force Publique* se achava inteiramente afastada da população civil e não possuía oficiais comissionados africanos independentes, é caso extremo, do outro lado.

Outro fator influente no papel das antigas Fôrças Coloniais tem sido sua composição étnica. As potências coloniais geralmente recrutavam tropas entre analfabetos, que formavam soldados mais maleáveis e entre grupos com tradições militares ou reputação de violência. Estes não eram os grupos dos quais, usualmente, provinha a elite educada no Ocidente. No Quênia, por exemplo, a *intelligentsia* era principalmente kikuyu e os Rifles Africanos do Rei, em sua quase totalidade, não eram kikuyu; em Gana e na Nigéria, os recrutados do exército eram na maior parte muçulmanos setentrionais analfabetos, e a elite predominantemente cristã e meridional. Estes diferentes motivos étnicos justificam a antipatia da *intelligentsia* — agora às vezes classe dominante — pelos militares.

A composição étnica das fôrças armadas tem significado político especial em grandes Estados, tais como Congo-Leopoldville e Nigéria, onde a estabilidade e unidade dependem de um delicado equilíbrio regional e étnico. Sob o colonialismo, o exército foi, essencialmente, instrumento de repressão, objetivo melhor assegurado pelas rivalidades étnicas fomentadas e pelo equipamento de tropas entre estrangeiros, ou mesmo inimigos tradicionais. O exército de um Estado independente tem o objetivo antitético de servir a unidade nacional contra ameaças externas. A dificuldade de converterem-se Fôrças Coloniais em instrumento de diplomacia nacional não é atenuada quando o equilíbrio étnico do exército torna-se uma bola política, como na Nigéria, onde a massa das tropas ainda é, na maioria, do Norte, enquanto os oficiais e técnicos foram recentemente recrutados no Sul.

As funções educacionais das antigas Fôrças Coloniais estão também amplamente em desacôrdo com os objetivos dos governos independentes. Embora as últimas fôrças coloniais treinassem alguns mecânicos e técnicos subalternos africanos, e a França imaginasse um treino militar como

método de assimilação da cultura francesa, as forças coloniais geralmente favoreciam as tropas incultas apolíticas, dos meios rurais e tradicionais. Os Estados independentes, por outro lado, procuram formar soldados letrados imbuídos da ideologia nacional. Em alguns exércitos africanos, a união nacional está sendo agora promovida, combinando-se a conscrição militar a curto prazo com a educação básica e a instrução política. Outro meio de integração do exército na população geral e do estímulo à benevolência para com os militares é o uso das forças armadas para fins construtivos, tais como: serviços de saúde pública, socorro, viação e obras públicas. Os exércitos da Guiné, do Mali e da Tanzânia são exemplos notáveis dessas duas posições.

## AS TAREFAS DO FUTURO

Esta rápida revista mal atinge a superfície dos problemas militares da África. As categorias parecem ser mais sugestivas do que definitivas; a realidade é mais complexa. Por exemplo, vários tipos de forças armadas podem, e, realmente, têm muitas vezes coexistido nos mesmos territórios. As Forças Coloniais lutaram contra os do primeiro e segundo tipos. As Forças de *Herrenvolk* da África do Sul estão se transformando, tendo em vista um choque de guerrilhas com um exército do quarto tipo. Algumas vezes, há uma relação inversa entre o desenvolvimento de diversos tipos de forças armadas; por exemplo, desde o rompimento da guerra angolana em 1961, os portugueses praticamente desarmaram as Forças Coloniais em suas “províncias ultramarinas”.

Um modelo plausível para os Estados que devem transformar as Forças Coloniais em instrumento politicamente digno da diplomacia interna e externa é o exército de convocados, chefiado por um quadro profissional de oficiais, não-comissionados, apolíticos, suplementado por unidades especializadas da elite de voluntários. Este modelo é, contudo, mais acessível a uma democracia multipartidária tipo ocidental, e parece destinado a ser raro entre países novos. Talvez mais de acordo com as estruturas de um só partido, de muitos Estados africanos, seja a concepção do exército como milícia, altamente politizada, mas sob firme controle civil. Esta alternativa, mais claramente demonstrada na Guiné, foi defendida pelo Presidente Julius Nyerere, ao anunciar o papel das Forças Armadas de Tanganica após o conflito: “Não quero que seja uma força de elite, mas uma arma integrada na vida nacional e em harmonia com nosso próprio sistema político... A tarefa é assegurar que os oficiais e homens estejam integrados no governo e no partido de modo que não mais se tornem um risco do que, suponhamos, o serviço civil...” Tal exército é uma conseqüência mais lógica da Milícia Civil Revolucionária do que Forças Coloniais, mas com uma reorganização apropriada, instrução e infiltração do corpo de oficiais por quadros do partido, a transição é inconcebível.

Uma terceira alternativa é a transformação das antigas Fôrças Coloniais em Fôrça de Golpe, assim que adquirem um quadro de oficiais de carreira nativos. Golpes recentes vitoriosos ou abortados em Togo, Daomé, Congo-Brazaville e Gabão podem indicar uma tendência incipiente nesta direção, embora a existência de uma organização monolítica, atingindo as raízes, impeça a ascensão dos militares ao poder, em vários Estados.

### ALGUMAS PREDIÇÕES

Apesar da grande diversidade de Estados africanos, algumas predições podem ser feitas a respeito da modificação das Fôrças Coloniais para fazer face a novas imposições.

(1) Embora as antigas tropas coloniais fôssem, a princípio, encarregadas de manter a segurança interna, os novos exércitos nacionais gradativamente exercerão funções internacionais, em conflitos entre Estados africanos, no treinamento dos guerrilheiros para a libertação da África Meridional, etc. . . .

(2) Os novos exércitos deverão ser progressivamente usados como instrumentos de desenvolvimento econômico, educação e reforma social.

(3) A tendência de contróle nativo, ao invés de estrangeiro, das fôrças armadas africanas continuará. Maior número de Estados tentarão “multilateralizar” as fontes do auxílio estrangeiro necessário, técnico e financeiro, enquanto a necessidade de armas, tradições militares e língua de instrução o permitam. Realmente, podemos com razão esperar que amplas considerações de diplomacia externa e interna tenderão a vencer as contingências técnicas. Outro problema da rápida africanização das fôrças armadas é o descontentamento latente quando as oportunidades de promoção são cortadas, após um breve período de promoções dramáticas de postos, de não-comissionados e oficiais-de-campo superiores.

(4) Tentativas conjuntas serão feitas a fim de integrar as novas fôrças armadas na vida nacional e revisar a imagem popular dos militares como fôrça “oposta”, cujo fim é controlar a população civil. Podemos esperar uma ampliação da representação étnica e uma tendência contrária às unidades étnicamente homogêneas a fim de tornar o serviço militar fator na homogenização cultural e unidade nacional.

(5) As Fôrças Armadas Coloniais Apolíticas, serão, gradativamente, instruídas na ideologia nacionalista do partido dominante, de modo que, tanto os oficiais como os praças, ver-se-ão como agentes ativos num processo de construção do país. À parte a competência técnica e a capacidade de liderança, o papel dos oficiais como ideólogos será salientado.

A conversão das fôrças armadas do tipo colonial em instrumentos de diplomacia nacional e parte orgânica dos Estados que surgem é, apenas, um dos aspectos da complexa revolução social ora em curso na África.

É, porém, um aspecto que merece estudo muito mais sério do que o feito até o presente.

## ALGUMAS LEITURAS RECOMENDADAS

*Armed Forces in the New States*, por William Gutteridge (Londres: Oxford University Press, 1962).

*The Military in the Political Development of New Nations*, de Morris Janowitz (Chicago: University of Chicago Press, 1964).

"The Role of the Military in Sub-Saharan Africa", capítulo por James S. Coleman e Belmont Brice, em *The Role of the Military in Underdeveloped Countries*, editado por John J. Johnson. (Princeton: Princeton University Press, 1962).

"The Armies of Africa", revista de 18 páginas, de país por país, de George Weeks, *Africa Report*, janeiro 1964.

*The African Military Balance*, por Neville Brown e W. F. Gutteridge (Londres: The Institute for Strategic Studies, agosto 1964).

*Military Assistance to Independent African States*, por M. J. V. Bell (Londres: The Institute for Strategic Studies, 1965).

*Military Institutions and Power in the New States*, de William F. Gutteridge (New York: Praeger, 1965).

## THE ROLE OF THE ARMY IN CONTEMPORARY AFRICA

*Pierre L. Van den Berghe, Professor of Sociology in the University of New York, tries in his article a classification of the Army in contemporary Africa in six chief types: 1) The Raiding Citizen Army; 2) The Palace Army; 3) The Putsch Army; 4) The Revolutionary Army; 5) The Herrenvolk Army, and 6) The Colonial Army. After examining the situation of the Army in African countries, in the light of this scheme, the Writer reaches, among other conclusions, the following ones: the new African armies will fulfill, in the future, international functions, will be used as instruments of economic and social development; the trend toward indigenous control of African armed forces will, on the other hand, continue, taking the place of the foreign one.*

## LE RÔLE DES FORCES ARMÉES DANS L'AFRIQUE CONTEMPORAINE

*Pierre L. Van den Berghe, Professeur de Sociologie à l'Université de New York, essaie, dans son article, une classification des Forces Armées dans l'Afrique contemporaine, en six types principaux: 1) Milices Civiles d'IncurSION; 2) Armées du Palais; 3) Armées de Putsch; 4) Armées Civiles Révolutionnaires; 5) Armées du Herrenvolk et 6) Armées Coloniales. Après avoir examiné la situation des Forces Armées aux pays africains en rapport avec son schème, l'Auteur arrive aux conclusions qui suivent: les nouvelles armées africaines accompliront, à l'avenir, des fonctions internationales, elles seront usées comme d'instruments du développement économique et social; à son tour, la tendance à l'autorité indigène sur les forces armées continuera, au lieu de l'autorité étrangère.*